

Electro Aço Altona S/A

Companhia Aberta - CVM nº 5380

CNPJ nº 82.643.537/0001-34

NIRE nº 42300011304



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO)

EM

28 de abril de 2015, às 10h.

ÍNDICE

1 - MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO DIRETOR-PRESIDENTE E RELAÇÕES COM INVESTIDOR;

2 - COMO PARTICIPAR DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA;

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA;

4 - PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO:

- a) Assembleia Geral Ordinária,pag.05;
- b) Comentários dos Administradores – art. 9, III, da Instrução CVM nº 481/09, item 10 do Formulário de Referência,pag.07;
- c) Proposta de destinação do lucro líquido – art. 9, §1º, II, Anexo 9-1-II, da Instrução CVM nº 481/09,pag. 34;
- d) Informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência - Remuneração dos administradores,.....pag. 39;
- e) Parecer do Conselho Fiscal (art. 9º, V, da Instrução CVM nº 481/09).....pag. 46;
- f) Parecer dos Auditores Independentes (art. 9º, IV, da Instrução CVM nº 481/09),.....pag.47

1 – MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO DIRETOR-PRESIDENTE E RELAÇÕES COM INVESTIDOR.

Prezados Acionistas,

Temos o prazer de convidá-los para participarem da Assembleia Geral Ordinária (AGO), que será realizada às 10 horas do dia 28 de Abril de 2015, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Blumenau (SC), na Rua Eng.º Paul Werner, nº 925, Bairro Itoupava Seca.

Os assuntos a serem deliberados na AGO estão descritos no Edital de Convocação publicado nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, e disponíveis na página da rede mundial de computadores da Companhia (www.altona.com.br/ri), da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa, (www.bmfbovespa.com.br).

Este relatório contempla os documentos referidos nos artigos da Instrução CVM 481/09 e outras informações adicionais sobre as matérias incluídas na Ordem do Dia, bem como orientações para o exercício de seu direito de voto, possibilitando aos senhores acionistas participarem da discussão de questões importantes para a Companhia.

Colocamo-nos à disposição para informações adicionais.

Atenciosamente,

Carmen Vetter Werner
Presidente do Conselho de Administração

Cacídio Girardi
Diretor-Presidente e Relações com Investidor

2 – COMO PARTICIPAR DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

O Estatuto Social, em seu Capítulo V, estabelece as regras para participar da Assembleia Geral da Electro Aço Altona S/A. A Assembleia Geral reunir-se-á, Ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social, e, Extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas.

Os Acionistas deverão apresentar com no mínimo setenta e duas horas de antecedência, documento de identidade, atos societários que comprovem a representação legal, e mais os seguintes documentos: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização das Assembleias Gerais;(ii) instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

Se o acionista for pessoa jurídica, deverá encaminhar os documentos societários que comprovem sua representação legal (contrato social ou estatuto social, eleição da administração e o instrumento de mandato do procurador). Para documentos estrangeiros, requer-se o reconhecimento da firma no país de origem e a autorização pelo consulado brasileiro competente. Com exceção dos documentos em língua inglesa, será necessária a tradução juramentada de todo o conteúdo do documento.

Todas essas exigências são em decorrência da preocupação da Companhia com a segurança jurídica que merecem as deliberações das Assembleias, em consideração ao controle exercido, não por um acionista majoritário, mas por todos os acionistas.

A Electro Aço Altona S/A recomenda aos Acionistas que enviem, o quanto antes, esses documentos ao seguinte endereço:

Rua Eng.º Paul Werner, 925
Bairro Itoupava Seca
Blumenau – SC - Brasil
CEP 89030-900

A/C Gerência Jurídico, maiores esclarecimentos sobre documentos necessários à participação, fica à disposição nosso e-mail: danielle@osf.adv.br telefone (48) 3228-5810 com Dra. Danielle Sartori.

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

São convidados os senhores Acionistas da Electro Aço Altona S/A, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 28 de Abril de 2015, às 10 horas, em sua sede social na Rua Eng.º Paul Werner, 925, Blumenau – SC, a fim de discutirem e deliberarem a seguinte **ORDEM DO DIA**:

1. Examinar, discutir e votar o relatório anual dos Administradores, Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014;
2. Deliberar sobre a proposta da administração de destinação do lucro líquido referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, bem como ratificar a deliberação dos juros sobre capital próprio como dividendos intermediários aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia no decorrer do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014;
3. Fixação da remuneração global dos administradores;

Informações Gerais:

Os acionistas deverão apresentar com no mínimo setenta e duas horas de antecedência, o documento de identidade, atos societários que comprovem a representação legal, e os seguintes documentos:

- a) Em cumprimento dos termos do artigo 141 da Lei 6.404 e na Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM 282/98, informamos que é de 9% o percentual mínimo de participação no capital social votante, necessário para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração;
- b) Comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, cinco dias antes da data da realização das Assembleias Gerais;
- c) Instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou
- d) Relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

A Companhia disponibiliza no site da CVM e também no e-mail ri@altona.com.br, a Proposta da Administração e os documentos contendo informações necessárias para compreensão das matérias em pauta.

Presidente do Conselho de Administração

4 - PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Este relatório foi elaborado pela Administração da Electro Aço Altona S/A, com o objetivo prestar esclarecimentos e orientações aos Senhores Acionistas, para que participem da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 28 de abril de 2014, às 10 horas, em sua sede, localizada na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua Eng.º Paul Werner, 925 nos termos do respectivo Edital de Convocação, bem como submeter à vossa apreciação, de acordo com as determinações legais e estatutárias, as Propostas da Administração abaixo destacadas.

Além dos esclarecimentos fornecidos neste relatório, a Companhia disponibiliza aos Acionistas, em seu sítio na internet (www.altona.com.br/ri) e na CVM, as informações de que tratam o art. 133 da lei 6.404/76 e as Instruções CVM nº 480 e 481 de 2009.

Na Assembleia, V.Sa. será solicitado a votar sobre as seguintes matérias, que constam da ordem do dia:

a) Assembleia Geral Ordinária:

1 -Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014:

O Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes, foram apreciadas pelos Conselheiros Fiscais e pelos Conselheiros de Administração, no dia 19 de março de 2015, respectivamente, tendo o Conselho Fiscal emitido parecer favorável e o Conselho de Administração as considerado em condições de serem submetidas aos acionistas.

Tais documentos foram disponibilizados aos acionistas, na rede mundial de computadores, no dia 26 de março de 2015 e publicados no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, no “Jornal de Santa Catarina” de Blumenau e no “Valor Econômico” regional de São Paulo, em edições nesta mesma data.

Neste mesmo dia, foram disponibilizado aos acionistas, os Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme dispõe a Instrução CVM 481/09, que também estão demonstrados neste relatório identificados como item 4 letra “b”.

Nos termos do artigo 25, § 1º, incisos V e via Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, referente as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

A política da Companhia no que tange à contratação de serviços junto a firma de auditoria independente, não relacionados a serviços de auditoria externa, assegura que não ha conflito de interesse, perda de independência ou objetividade. Ademais, todos os serviços contratados não vinculados à prestação de auditoria externa têm acompanhamento por parte da Administração da Companhia.

2 - Deliberar sobre a proposta da administração de destinação do lucro líquido referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, bem como ratificar a deliberação dos juros sobre capital próprio como dividendos intermediários aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia no decorrer do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014:

A Diretoria elaborou Proposta para destinação do lucro líquido, nos termos previstos no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09, a qual foi apreciada pelos Conselheiros de Administração e pelos Conselheiros Fiscais, sendo considerada adequada e em condições de encaminhamento aos acionistas na AGO.

A Proposta foi disponibilizada aos acionistas, na rede mundial de computadores, no dia 26 de março de 2015, sendo enviada à CVM e BM&FBovespa na mesma data.

A Proposta de destinação do lucro líquido de 2014 encontra-se descrita no item 4 letra “c”.

3- Fixar a remuneração global dos administradores:

De acordo com o Capítulo III artigo 9º, parágrafo 4º, item 5 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração fixar a remuneração dos membros da administração dentro do limite global máximo aprovado pela Assembleia Geral. A Administração propõe aos Acionistas a aprovação do montante global máximo de R\$ 4.700.000,00, sem encargos. Após a aprovação pela Assembleia, o Conselho de Administração, em reunião, fixará a remuneração individual dos Administradores.

b) Comentários dos Administradores – art. 9, III, da Instrução CVM nº 481/09, item 10 do Formulário de Referência;

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Opinião dos Diretores sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições patrimoniais para implementar o seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações de médio a longo prazo. A geração de caixa contábil não é suficiente sendo complementada através de empréstimos de terceiros, para atender e cobrir as necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

O ano de 2014 caracterizou-se como um ano de desafios e turbulências para a indústria em geral no Brasil, principalmente ao longo do segundo semestre. A despeito do cenário mais desafiador, o retorno sobre o Patrimônio Líquido recuou 4,8 pontos percentuais em comparação com o ano anterior, reflexos da retração da economia nacional.

Índices	2012	2013	2014
Liquidez corrente	1,63	1,80	1,74
Liquidez geral	0,47	0,50	0,49
Endividamento (Passivo Total/PL)	203,2%	179,7%	171,4%
Retorno sobre o Ativo	3,0%	3,4%	2,5%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	13,9%	14,6%	9,8%

Em 31 de dezembro de 2014, o Ativo Circulante era de R\$ 92,8 milhões, e superava o Passivo Circulante de R\$ 53,2 milhões em um montante de R\$ 39,6 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 1,74. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o índice de liquidez corrente era, respectivamente, de 1,80 e 1,63.

O índice de endividamento total de 2014 era de 171,4% (passivo circulante mais passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido). Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o índice de endividamento total era, respectivamente, de 179,7% e 203,2%. A gradativa redução do índice de endividamento total deve-se principalmente ao aumento de caixa e equivalentes de caixa, e aumento de clientes, todos decorrentes das atividades operacionais. Nesses períodos a Companhia tem apresentado sensível redução nos empréstimos de curto e longo prazo.

A Companhia tem mantido os níveis de retorno sobre o ativo e sobre o patrimônio líquido. No exercício encerrado em 2014, o retorno foi de 9,8% sobre o Patrimônio Líquido (lucro líquido dividido pelo patrimônio líquido do ano anterior) e 2,5% sobre o Ativo (lucro líquido dividido pelo ativo total). No exercício encerrado em 2013, o retorno foi de 14,6% sobre o Patrimônio Líquido e 3,4% sobre o Ativo. No exercício encerrado em 2012, o retorno foi de 13,9% sobre o Patrimônio Líquido e 3,0% sobre o Ativo. O nível de retorno sobre o ativo e sobre o patrimônio líquido é decorrente do modelo de negócios que a Companhia é atrelada. Levando em consideração uma média alavancagem operacional e com alta necessidade de investimentos em ativos comparados com outras empresas do setor.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Estrutura de Capital - R\$ milhões	Em 31 de Dezembro de:					
	2012		2013		2014	
Capital de terceiros - circulante	50,6	19,9%	48,7	18,6%	53,2	19,5%
Capital de terceiros - não circulante	140,4	55,2%	144,4	55,1%	146,3	53,6%
Capital próprio - patrimônio líquido	63,2	24,9%	69,0	26,3%	73,5	26,9%
Total	254,2	100%	262,0	100%	273,0	100%

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis conservadores de alavancagem. Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A necessidade de recursos deve-se:

- (i) pagamento pelo custo dos produtos vendidos e gastos gerais;
- (ii) cronograma de pagamentos dos investimentos;
- (iii) impostos sob a receita, relacionados as atividades operacionais tais como: ICMS, PIS/COFINS, INSS sobre o receita e IPI, bem como IR e CS sobre Lucro, e Encargos e contribuições sobre mão de obra direta e indireta.

A principal fonte de recurso é o caixa, ou equivalente de caixa, gerado por meio das atividades operacionais e/ou empréstimos de terceiros. Acreditamos que os recursos existentes, a geração de caixa operacional e os recursos gerados por captações serão suficientes para as necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012, foi de R\$ 25,6 milhões e a despesa financeira líquida, foi de R\$ 5,5 milhões. Dessa forma a despesa financeira representa 21,5% da geração de caixa da Companhia.

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, foi de R\$ 29,0 milhões e a despesa financeira líquida, foi de R\$ 4,5 milhões. Dessa forma a despesa financeira representa 15,5% da geração de caixa da Companhia.

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, foi de R\$ 24,2 milhões e a despesa financeira líquida, foi de R\$ 4,3 milhões. Dessa forma a despesa financeira representa 17,8% da geração de caixa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2012, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 1,5x o EBITDA dos últimos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 1,2x o EBITDA dos últimos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 1,4x o EBITDA dos últimos 12 meses.

Estrutura do EBITDA - R\$ milhões

	2012		2013		2014	
Lucro antes do resultado financeiro	17,5	9,5%	19,1	10,6%	14,1	8,2%
Depreciação	9,4	5,1%	9,9	5,5%	10,1	5,9%
EBITDA	25,6	13,9%	29,0	16,1%	24,2	14,1%

Representação do % em relação ao ROL.

	2012	2013	2014
Endividamento – R\$ milhões	47,1	42,8	50,5
Caixa e equivalente de caixa–R\$ milhões	8,8	8,0	16,0
Endividamento líquido – R\$ milhões	38,3	34,8	34,5

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré pagamentos, BNDES-EXIM atrelados às operações de exportações e nota de crédito à exportação (NCE). Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como o FINEP e o FINAME.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia apresenta em seu planejamento estratégico e plano diretor, investimentos relevantes e também para expansão do parque fabril.

Havendo necessidade de capital de giro de terceiros para tal finalidade, as principais fontes são: ACCs, pré pagamento, BNDES-EXIM, FINEP e FINAME.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento;

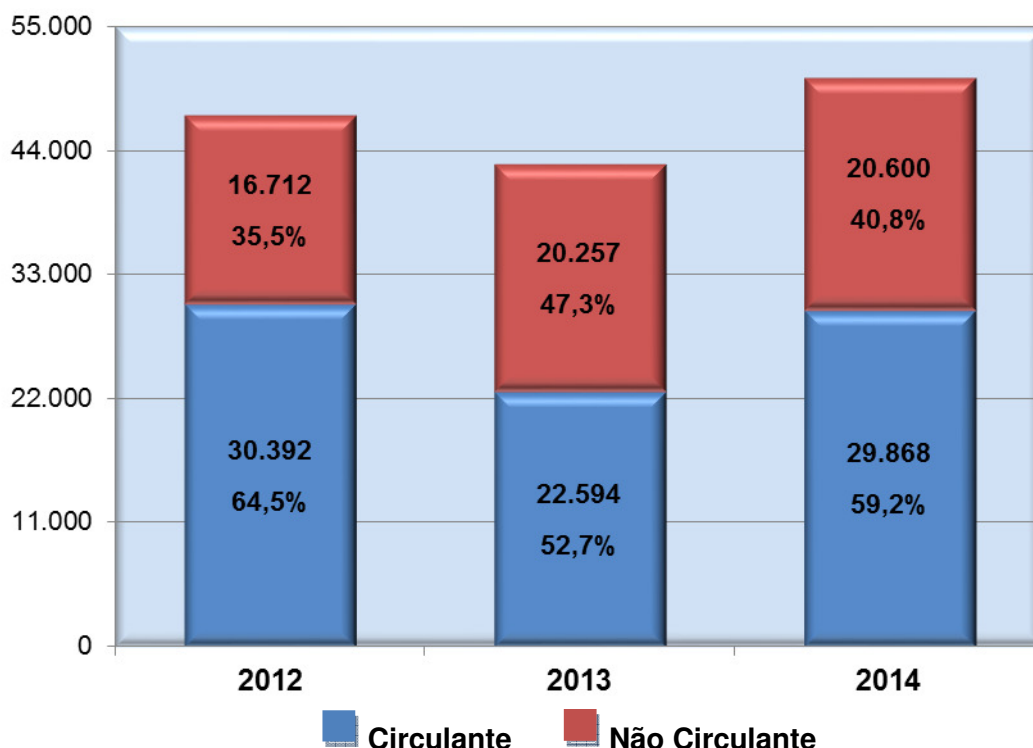
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a companhia possuía obrigações com instituições financeiras no valor de R\$ 47,1 milhões, sendo que R\$ 30,4 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 16,7 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a companhia possuía obrigações com instituições financeiras no valor de R\$ 42,8 milhões, sendo que R\$ 22,6 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 20,2 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a companhia possuía obrigações com instituições financeiras no valor de R\$ 50,5 milhões, sendo que R\$ 29,9 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 20,6 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

A tabela da próxima página apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de:

Financiamentos e empréstimos



Vencimento dos financiamentos e empréstimos:

	31/12/12		31/12/13		31/12/14	
2013	30.392	64,5%	-	-	-	-
2014	10.059	21,4%	22.594	52,7%	-	-
2015	4.605	9,8%	15.125	35,3%	29.868	59,2%
2016	862	1,8%	3.782	8,8%	14.734	29,2%
2017	825	1,7%	889	2,1%	5.673	11,2%
2018	361	0,8%	436	1,0%	168	0,3%
2019	-	-	25	0,1%	25	0,1%
TOTAL	47.104	100%	42.851	100%	50.468	100%
% do Passivo + PL		18,5%		16,4%		18,5%

Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP os empréstimos bancários da Companhia de 2014, que estão sendo amortizados regularmente em seus vencimentos, estão garantidos com máquinas e equipamentos e avais. A Companhia manteve com a Companhia Werner S/A e celebrou com a empresa Bellevue Participações Societárias Ltda, a prestação remunerada de fiança, aval e outras avenças. Em 31 de dezembro de 2014, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pelas avalistas/fiadoras, é de R\$ 28,4 milhões. Para o ano de 2014, a Companhia pagou às avalistas/fiadoras, a título de remuneração, a importância de R\$ 229 mil (R\$ 516 mil em 31 de dezembro de 2013), registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras e públicas;

Não há outras relações de longo prazo a não ser as acima mencionadas.

(iii) parcelamentos de longo prazo - REFIS;

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	31/12/2012		31/12/2013		31/12/2014	
Circulante	2.279	2,2%	2.616	2,6%	1.933	1,9%
Não Circulante	99.443	97,8%	99.155	97,4%	100.046	98,1%
	101.722	100%	101.771	100%	101.979	100%
% do Passivo + PL		40,0%		38,8%		37,4%

Amparada na Lei nº. 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, com base na Medida Provisória nº. 2.004-5/2000, de 11 de fevereiro de 2000, convertida na mencionada Lei, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no programa REFIS, vem sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor está sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da companhia (base de pagamento), estima-se que o valor total desse passivo deverá ser quitado até o fim do ano de 2063.

Em garantia do REFIS FEDERAL foram arrolados e penhorados os bens do ativo imobilizado.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não há restrições para limites de endividamento e contratação de novas dívidas, também à disposições estatutárias regulando a distribuição de dividendos, e emissão de novos valores mobiliários, conforme quesitos 17.2 e 18 do formulário de referencia.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui limites de utilização de financiamentos já contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados – em Milhares de Reais

	2012		2013		2014	
	AV		AV		AV	
Receita Operacional Líquida,	183.783	100%	180.363	100%	171.325	100%
Custo dos Produtos Vendidos	(134.236)	73,0%	(133.011)	73,7%	(127.290)	74,3%
Lucro Bruto	49.547	27,0%	47.352	26,3%	44.035	25,7%
Outras Receitas Operacionais						
Outras Receitas Operacionais	2.405	1,3%	2.980	1,7%	3.449	2,0%
Despesas Operacionais						
Despesas com vendas	(11.466)	6,3%	(12.125)	6,7%	(14.011)	8,2%
Despesas gerais e administrativas	(13.897)	7,6%	(13.110)	7,3%	(13.719)	8,0%
Remuneração dos administradores	(4.482)	2,4%	(4.484)	2,5%	(4.589)	2,7%
Outras Despesas Operacionais	(4.603)	2,5%	(1.478)	0,7%	(1.085)	0,6%
Despesas operacionais líquidas	(32.043)	17,5%	(28.217)	15,5%	(29.955)	17,5%
Resultado antes das Receitas (Despesas) Financeiras	17.504	9,5%	19.135	10,6%	14.080	8,2%
Despesas financeiras	(8.683)	4,7%	(10.616)	5,9%	(7.942)	4,6%
Receitas financeiras	3.096	1,7%	6.065	3,3%	3.679	2,1%
Resultado Financeiro	(5.587)	3,0%	(4.551)	2,5%	(4.263)	2,5%
Resultado antes dos Tributos sobre Lucro	11.917	6,5%	14.584	8,1%	9.817	5,7%
Provisões IRPJ e CSLL	(3.956)	2,2%	(4.344)	2,4%	(2.295)	1,3%
Resultado antes das participações	7.961	4,3%	10.240	5,7%	7.522	4,4%
Participação dos administradores	(257)	0,1%	(1.024)	0,6%	(752)	0,4%
Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.704	4,2%	9.216	5,1%	6.770	4,0%
Lucro por Ação – Em Reais (R\$)	3,42		4,10		3,01	

Análise das principais contas do resultado – 2014 x 2013

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 171,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, comparada a R\$ 180,4 milhões no mesmo período em 2013. Um decréscimo de 5,0% ou R\$ 9,1 milhões.

No exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2014, 63,0% da receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 61,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 127,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 133,0 milhões no mesmo período em 2013 representando um decréscimo de 4,3% ou R\$ 5,7 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, os custos dos produtos vendidos se mantiveram entre 74,3% e 73,7% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 respectivamente.

Os efeitos de elevação no CPV estão relacionados aos custos fixos, refletidos principalmente pela retração do faturamento no 4º trimestre de 2014.

As despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 14,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, quando comparado aos gastos de R\$ 12,1 milhões no mesmo período em 2013 representam um incremento de 15,7%, ou R\$ 1,9 milhão. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas tiveram um incremento na ordem de 1,5 ponto percentual de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2014 e 2013.

As despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 13,7 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 contra R\$ 13,1 milhões no mesmo período em 2013, o que significou um aumento de 4,6% ou R\$ 600. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas aumentaram na ordem de 0,7 ponto percentual no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 em comparação ao mesmo período em 2013.

As despesas financeiras

As despesas financeiras foram de R\$ 7,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, comparados a R\$ 10,6 milhões no mesmo período em 2013 representam um decréscimo de 25,5%, ou R\$ 2,7 milhões. Esta diminuição é decorrente de reestruturações financeiras, quitando empréstimos de curto prazo com juros mais elevados.

Receitas financeiras

As receitas financeiras foram na ordem de R\$ 3,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, contra R\$ 6,1 milhões no mesmo período em 2013 representando um decréscimo de 39,3% ou R\$ 2,4 milhões. Esta diminuição é decorrente das variações cambiais ajustadas.

Análise das principais contas do resultado – 2013 x 2012

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 180,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparada a R\$ 183,8 milhões no mesmo período em 2012. Um decréscimo de 1,9% ou R\$ 3,4 milhões.

No exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2013, 61,0% da receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 65,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 133,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 134,2 milhões no mesmo período em 2012 representando um decréscimo de 0,9% ou R\$ 1,2 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, os custos dos produtos vendidos se mantiveram entre 73,7% e 73,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 respectivamente.

A tendência de redução do CPV são reflexos, principalmente dos trabalhos efetivos de planos de ação na redução custos nos processos produtivos e também em função mix produzido.

As despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 12,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, quando comparado aos gastos de R\$ 11,5 milhões no mesmo período em 2012 representando um incremento de 5,7%, ou R\$ 600 mil. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas tiveram um incremento na ordem de 0,4 pontos percentuais de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2013 e 2012.

As despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 13,1 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 contra R\$ 13,9 milhões no mesmo período em 2012, o que significou uma redução de 5,8% ou R\$ 785 mil. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas diminuíram na ordem de 0,30 pontos percentuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 em comparação ao mesmo período em 2012.

As despesas financeiras

As despesas financeiras foram de R\$ 10,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparados a R\$ 8,7 milhões no mesmo período em 2012 representando um aumento de 22,3%, ou R\$ 1,9 milhões. Este aumento é decorrente das variações cambiais ajustadas.

Receitas financeiras

As receitas financeiras foram na ordem e R\$ 6,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, contra R\$ 3,1 milhões no mesmo período em 2012 representando um aumento de 95,9% ou R\$ 3,0 milhões. Este aumento é decorrente das variações cambiais ajustadas.

Balço Patrimonial – em Milhares de Reais

Ativo	31/12/12	AV	31/12/13	AV	31/12/14	AV
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	7.714	3,0%	8.056	3,1%	16.023	5,8%
Contas a receber	35.612	14,0%	47.855	18,3%	34.139	12,5%
Estoques	24.298	9,6%	22.370	8,5%	32.300	11,8%
Impostos a recuperar	9.635	3,8%	7.663	2,9%	8.099	3,0%
Outras contas a receber	3.348	1,3%	1.670	0,7%	1.882	0,7%
Despesas antecipadas	267	0,1%	332	0,1%	319	0,1%
Total do ativo circulante	80.874	31,8%	87.946	33,6%	92.762	33,9%
Não circulante						
Ativo Atuarial	1.091	0,4%	1.371	0,5%	1.905	0,7%
Contas a receber	-	-	-	-	194	0,1%
Depósitos judiciais	671	0,3%	838	0,3%	1.275	0,5%
Outros créditos	2.975	1,2%	1.650	0,6%	1.424	0,5%
Imobilizado	167.964	66,1%	169.467	64,7%	174.210	63,8%
Intangível	615	0,2%	750	0,3%	764	0,3%
Investimento	-	0,0%	-	0,0%	468	0,2%
Total do ativo não circulante	173.316	68,2%	174.076	66,4%	180.240	66,1%
Total do ativo	254.190	100%	262.022	100%	273.002	100%

Passivo	31/12/12	AV	31/12/13	AV	31/12/14	AV
Circulante						
Empréstimos	30.392	12,0%	22.594	8,6%	29.868	10,9%
Fornecedores	5.814	2,3%	6.543	2,5%	5.401	2,0%
Programa de recuperação fiscal REFIS	2.279	0,9%	2.616	1,0%	1.933	0,7%
Impostos e contribuições	1.325	0,5%	2.116	0,8%	1.266	0,5%
Incentivo Fiscal – PRODEC	170	0,1%	412	0,2%	-	-
Arrendamento mercantil – leasing	276	0,1%	34	0,0%	206	0,1%
Adiantamentos de clientes	2.617	1,0%	2.436	0,9%	3.988	1,5%
Provisão para férias e encargos	5.196	2,0%	5.805	2,2%	6.230	2,1%
Dividendos e JSCP	-	-	2.718	1,0%	2.183	0,8%
Outras contas	2.581	1,0%	3.382	1,4%	2.084	0,9%
Total do passivo circulante	50.650	19,9%	48.656	18,6%	53.159	19,5%
Não circulante						
Programa de recuperação fiscal REFIS	99.443	39,1%	99.155	37,8%	100.046	36,6%
IR e CS diferidos	21.233	8,4%	20.944	8,0%	20.666	7,6%
Impostos e contribuições	110	0,0%	77	0,1%	-	-
Arrendamento mercantil – leasing	-	-	56	0,0%	91	0,1%
Incentivo Fiscal - PRODEC	681	0,3%	720	0,3%	1.050	0,4%
Empréstimos	16.712	6,6%	20.257	7,7%	20.600	7,5%
Provisão para contingência	1.054	0,4%	1.752	0,7%	1.975	0,7%
Passivo Atuarial	864	0,3%	1.385	0,5%	1.905	0,7%
Outras contas	299	0,1%	-	-	-	-
Total do passivo não circulante	140.396	55,2%	144.346	55,1%	146.333	53,6%
Patrimônio líquido						
Capital Social	8.594	3,4%	8.594	3,3%	10.707	3,9%
Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	116	0,0%	577	0,2%	915	0,3%
Reserva de lucros	-	-	1.648	0,6%	8.018	3,0%
Lucros a destinar	2.196	0,9%	8.483	3,2%	6.250	2,2%
Outros resultados abrangentes	52.238	20,5%	49.718	19,0%	47.620	17,5%
Total do patrimônio líquido	63.144	24,8%	69.020	26,3%	73.510	26,9%
Total do passivo	254.190	100%	262.022	100%	273.002	100%

Análise das principais contas do balanço patrimonial

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/12	AV	31/12/13	AV	31/12/14	AV
Caixa e Contas Movimento	917	11,9%	871	10,8%	5.344	33,4%
CBDs	345	4,5%	-	-	-	-
Renda Fixa	6.452	83,6%	7.185	89,2%	10.679	66,6%
TOTAL	7.714	100%	8.056	100%	16.023	100%
% Representação no Ativo Circulante		9,5%		9,2%		17,2%

Em 31 de dezembro de 2014 as aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento entre 97 e 99,5% do CDI, resgatáveis a qualquer momento. Em todos os casos, as aplicações possuem liquidez imediata.

Contas a receber de clientes

	31/12/12	AV	31/12/13	AV	31/12/14	AV
Mercado Interno	14.180	39,8%	20.534	43,0%	12.682	36,9%
Mercado Externo	21.927	61,6%	28.378	59,3%	23.183	67,5%
(-) Ajuste a valor presente	(266)	-0,7%	(244)	-0,5%	(258)	-0,7%
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(229)	-0,7%	(813)	-1,8%	(1.274)	-3,7%
TOTAL	35.612	100%	47.855	100%	34.333	100%
% Representação no Ativo Circulante		44,0%		54,4%		36,9%

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
Saldo no início do exercício	(183)	(229)	(813)
Adições	(46)	(584)	(919)
Recuperações/realizações	-	-	458
Saldo no final do exercício	(229)	(813)	(1.274)

Estoques

	31/12/12	AV	31/12/13	AV	31/12/14	AV
Produtos Acabados	3.663	15,1%	2.310	10,3%	5.417	16,8%
Produtos em Elaboração	14.880	61,3%	14.721	65,8%	22.100	68,4%
Matéria Prima	1.501	6,2%	1.406	6,3%	1.227	3,8%
Materiais Auxiliares	2.462	10,1%	2.552	11,4%	2.146	6,6%
Outros Materiais	1.515	6,2%	2.190	9,8%	2.386	7,4%
Mercadorias em Consignação	277	1,1%	241	1,1%	224	0,7%
Provisão para Perda no Estoque	-		(1.050)	-4,7%	(1.200)	-3,7%
TOTAL	24.298	100%	22.370	100%	32.300	100%
% Representação no Ativo Circulante		30,0%		25,4%		34,7%

Os estoques estão segurados e sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvido. Para o exercício findos em 2014 a Companhia registra R\$ 1.200 de provisão para perdas nos estoques por entender que estes não são mais negociáveis, em 2013 o valor provisionado era de R\$ 1.050.

A movimentação da provisão par perdas nos estoques está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
Saldo no início do exercício	-	(-)	(1.050)
Adições	-	(1.050)	(150)
Recuperações/realizações	-	-	-
Saldo no final do exercício	-	(1.050)	(1.200)

Impostos a recuperar

	31/12/12	AV	31/12/13	AV	31/12/14	AV
IRRF, ICMS, IPI, PIS, COFINS	8.624	71,8%	6.391	70,9%	7.157	76,7%
ICMS, PIS, COFINS de Imobilizado	3.388	28,2%	2.626	29,1%	2.169	23,3%
	12.012	100%	9.016	100%	9.326	100%
Circulante	9.635	80,2%	7.663	85,0%	8.099	86,8%
Não Circulante	2.377	19,8%	1.353	15,0%	1.227	13,2%

Os créditos serão realizados pela Companhia, através de restituição e/ou compensação com impostos e contribuições. A administração não espera perdas na realização destes créditos.

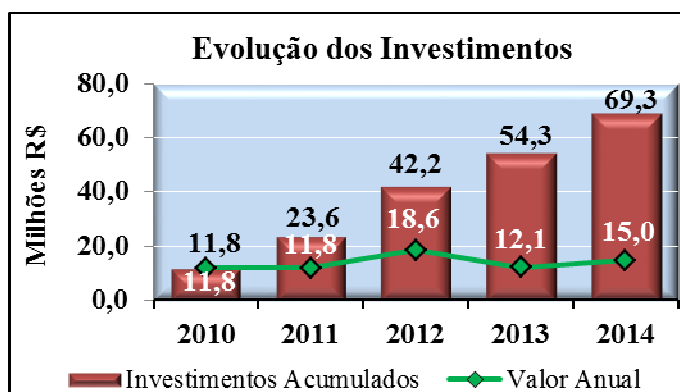
Ativo Imobilizado

Valores Residual Líquido:

	Terrenos e Edificações	Máquinas, Equipamentos Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizados em Curso	Arrendamento Mercantil	Outros Imobilizados	Total
Em 31/Dezembro/2012	93.848	67.120	1.315	3.590	1.373	718	167.964
Em 31/Dezembro/2013	95.423	65.824	1.280	5.874	96	970	169.467
Em 31/Dezembro/2014	100.453	68.141	1.358	2.974	355	929	174.210

As aquisições de máquinas, equipamentos e instalações para expansão da capacidade de produção, alavancam a produtividade através dos investimentos direcionados que totalizaram R\$ 15,0 milhões em 2014, representando 8,6% da ROL. Já para os anos de 2013 e 2012 a Companhia registra aquisições de R\$ 12,1 e R\$ 18,6 milhões respectivamente.

Os investimentos de maior relevância para os últimos três anos foram:



- i) Aquisição e instalação de cinco centros de usinagem que estão operando em regime pleno;
- ii) Finalização das instalações do sistema de exaustão pó de ferro;
- iii) Melhorais nas instalações do sistema de moldagem fast loop;
- iv) Adequações para NR 12 e melhorias no sistema de para-raios e hidrantes;
- v) Aquisição de mais matrícula/terreno situado no município de Barra Velha;
- vi) Instalações para melhorar o layout e ainda outros investimentos de menor vulto, todos direcionados ao melhor atendimento de nossos clientes;
- vii) Aquisição e instalação de um forno denominado AOD com capacidade de 8 toneladas, para refino da qualidade do aço líquido e auhedmentar a capacidade instalada.

i) Valores oferecidos em garantia - foram oferecidos bens do Ativo Imobilizado, no valor de R\$57 milhões em garantia do REFIS do ano de 2000.

ii) Valores segurados – os Ativos Imobilizados estão segurados contra: incêndio, danos elétricos e explosão, e vendavais, bem como responsabilidade Civil. As coberturas são inerentes ao grau de risco envolvido. O montante segurado esta descrito na nota explicativa específica nas Demonstrações Financeiras Padronizadas – DPF.

iii) Custo atribuído – Em 2010 a Companhia efetuou a avaliação de seus ativos imobilizados pelo custo atribuído através de uma empresa especializada em Avaliações patrimoniais. Para a determinação do custo atribuído os avaliadores independentes seguiram as recomendações da NBR 14.653-1, 14.653-2, 14.653-5 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foram considerados também os critérios propostos pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia.

Foram efetuadas inspeções técnicas objetivando avaliar:

- (i) Condições de uso;
- (ii) Estado de conservação;
- (iii) Condição de manutenção;
- (iv) Condição de operação;
- (v) Manutenção preditiva, preventiva e corretiva ocorrida nos equipamentos e instalações, assim como reformas nos edifícios e nas benfeitorias incorporadas aos imóveis, que possibilitaram o aumento da expectativa de vida econômica do bem.

Com base nos procedimentos efetuados, foram determinadas novas vidas úteis como abaixo indicado:

Classe de Imobilizado	Vida Útil Anterior	Vida Útil Atual Média
Edificações e Benfeitorias	25 anos	25 anos
Máquinas, Equipamentos e Instalações	10 anos	18 anos
Móveis e Utensílios	10 anos	9 anos
Outros Ativos Imobilizados	5 anos	4 anos

Ativo Intangível:

Valores Residual Líquido:

Em 31/Dezembro/2012	615
Em 31/Dezembro/2013	750
Em 31/Dezembro/2014	764

Com base nos procedimentos, as seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da amortização:

<u>Classe de Intangível</u>	<u>Vida Útil Anterior</u>	<u>Vida Útil Atual</u>
Software	3 a 5 anos	5 anos

Outras Receitas Operacionais

	<u>31/12/12</u>		<u>31/12/13</u>		<u>31/12/14</u>	
Outras receitas						
Despesas Recuperadas	412	17,1%	102	3,4%	473	13,7%
Outras Receitas	1.993	82,9%	2.878	96,6%	2.976	86,3%
	2.405	100%	2.980	100%	3.449	100%
Outras despesas						
Perdas Operações M. Externo	(197)	4,3%	(333)	27,9%	(80)	7,4%
Outras Despesas	(4.406)	95,7%	(1.145)	72,1%	(1.005)	92,6%
	(4.603)	100%	(1.478)	100%	(1.085)	100%
Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	(2.198)		(1.502)		2.364	

Em 2012 a Companhia registrou no grupo outras despesas, o recálculo do regime especial ICMS da Sucata.

Destacamos que a Companhia aplica o programa REINTEGRA (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras), que trata do ressarcimento de resíduos tributários na cadeia de produção. O incentivo está registrado como outras receitas, no montante de R\$ 372 (R\$ 1.983 em 2013; R\$ 1.530 para 2012). Em 2014 foi reconhecido o êxito no processo contra o INSS (nota 11.a da DFP) no montante de R\$ 1.629, e outras movimentações de menor representatividade nesta rubrica.

Informações gerais

a) Contingências

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e judiciais de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	31/12/12		31/12/13		31/12/14	
Trabalhistas	694	65,8%	705	79,5%	573	81,8%
Tributárias	360	34,2%	1.047	20,5%	1.402	18,2%
	1.054	100%	1.752	100%	1.975	100%
% do Passivo + PL		0,4%		0,7%		0,7%
Circulante	-		-		-	
Não Circulante	1.054		1.752		1.975	

Trabalhistas

A Companhia é acionada em reclamações trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, entre outros. Baseado no histórico de pagamentos e na opinião dos assessores jurídicos, a provisão de R\$ 573 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 705 em 31 de dezembro de 2013) é julgada suficiente para cobrir prováveis perdas.

Adicionalmente, há em andamento processos trabalhistas no montante de R\$ 582, para os quais não foi constituída qualquer provisão pelo fato dos consultores jurídicos da Companhia entenderem que a perspectiva de êxito da Companhia nestes processos será possível ou provável.

b) Depósitos Judiciais

A Companhia registra no ativo, valores referentes a depósitos judiciais assim constituídos:

	31/12/12		31/12/13		31/12/14	
Ações trabalhistas	278	41,4%	180	21,5%	233	18,2%
Ações Sebrae/Aux. Doença	393	58,6%	658	78,5%	1.042	81,8%
	671	100%	838	100%	1.275	100%
% do Passivo + PL		0,3%		0,3%		0,5%

c) Atuarial

Conforme citado na Nota Explicativa 2 – item 2.14 e na Nota Explicativa 11.c) das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP de 2014, a revisão do Plano de Benefício de Assistência Médica Pós-Emprego é realizado por consultoria atuarial independente, a qual destaca as seguintes premissas como conclusão para a provisão de R\$ 1.905 mil:

De acordo com o item 96 da Deliberação CVM 600 de 2009 “Ao mensurar o seu passivo de benefício definido de acordo com o item 54, a entidade deve, sujeito ao disposto no item 58A, reconhecer o custo do serviço passado como despesa linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos.” No caso em que os benefícios já forem imediatamente adquiridos no momento de introdução de um plano de benefício definido ou de alterações no plano de benefício definido já existente, a entidade deve reconhecer o custo do serviço passado imediatamente.

Seguindo ainda o item 99 da Deliberação CVM 600/2009 “A entidade estabelece o plano de amortizações relativo ao custo do serviço passado quando os benefícios são introduzidos ou alterados.” Seria impraticável manter os registros detalhados necessários para identificar e implementar alterações subsequentes nesse plano de amortização. Além disso, só é provável que o efeito seja material quando houver uma redução ou uma liquidação. Portanto, a entidade só altera o plano de amortização relativo ao custo do serviço passado se houver uma redução ou uma liquidação.

A Companhia possui ativo atuarial reconhecido em seu balanço no montante de R\$ 1.905 mil, sendo que a realização do ativo atuarial ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Entende-se por final do plano, a data em que será pago o último compromisso.

Obrigações com Benefício pós – emprego:

A Electro Aço Altona S.A implantou no final do exercício de 2010, o plano de benefícios pós – emprego para seus empregados e ex-empregados garantindo assistência médica vitalícia a todos que ocuparem cargo de Gerente ou Diretor Executivo, que completarem 65 anos e aos Conselheiros de Administração que completarem 75 anos, desde que tenha sido empregado, Diretor ou Conselheiro da Administração da ALTONA por 35 anos ininterruptos, uma vez que os mesmos não estabelecem vínculo empregatício com a Companhia. Contudo, em 2011 por decisão do conselho de Administração decidiu-se alterar as regras para a concessão do benefício pós – emprego, reduzindo a idade mínima, passando de 65 para 55 anos no caso de Gerente ou Diretor Executivo e de 75 para 65 quando Conselheiros de Administração.

d) Incentivo Fiscal Estadual – PRODEC

A Companhia obteve, junto ao Estado de Santa Catarina, a concessão do incentivo do Programa de Desenvolvimento Catarinense – PRODEC, programa criado com o objetivo de fomentar o crescimento da indústria catarinense, conforme extrato do contrato 003/06 publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 07 de Abril de 2006. Tal incentivo funciona através da concessão à Companhia de um crédito de ICMS, o qual será utilizado na medida do incremento do ICMS apurado. Tal crédito é utilizado abatendo até 60% do acréscimo do recolhimento, sendo concedido o prazo de 120 meses para fruição do crédito a partir da concessão.

Os créditos utilizados, mensalmente, serão devolvidos após 48 meses, podendo o prazo total do benefício estende-se a 168 meses a partir de abril de 2006. A forma de amortização do benefício é o pagamento do crédito utilizado, acrescido de juros de 4% ao ano e atualização monetária pela UFIR.

Foi concedido à Companhia um crédito total de ICMS de R\$ 47 milhões, sendo liberado na primeira fase o crédito de R\$ 8.500. No exercício de 2008 foi efetuado um adendo no contrato inicial, referente à liberação

monetária da primeira fase, com o incremento de R\$ 6.859, passando então para R\$ 15.359 o valor a ser utilizado para incentivo do programa PRODEC.

A Companhia utilizou-se do benefício fiscal que, atualizado, perfaz o montante conforme destacado na tabela abaixo:

	31/12/12		31/12/13		31/12/14	
Circulante	170	20,0%	412	36,4%	-	-
Não Circulante	681	80,0%	720	63,6%	1.050	100%
	851	100%	1.132	100%	1.050	100%
% do Passivo + PL		0,3%		0,4%		0,4%

Abaixo encontra-se o cronograma previsto de longo prazo:

	31/12/14
2015	-
2016	307
2017	442
2018	301
TOTAL	1.050

A partir de Agosto de 2010, a Companhia esta cumprindo conforme determina o contrato do PRODEC, pagamento da prorrogação concedida no programa, o montante de quitação perfaz R\$ 6.599.

e) Programa de Recuperação Fiscal – REFIS Federal

Amparada na Lei N.º 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS.

A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no programa REFIS, está sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor esta sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da Companhia (base de pagamento), estima-se que o valor desse passivo deverá ser quitado até meados do ano de 2063. Em garantia do REFIS foram arrolados e penhorados, os bens do ativo imobilizado.

Na adesão da Companhia ao REFIS, os honorários advocatícios de sucumbência, arbitrados inicialmente nas execuções fiscais ajuizadas pelo INSS foram incorporadas ao parcelamento a razão de 10%. A Lei que instituiu o programa REFIS estabelecia, no entanto, honorários de sucumbência de 1%. Para reduzir o valor de honorários inicialmente consolidados no REFIS, a assessoria jurídica da Companhia requereu em todas as execuções do INSS a redução dos honorários para o percentual de 1%, de acordo com MP 303/06.

A Companhia discute também, no âmbito administrativo, a indevida inclusão de supostos débitos a título de imposto de renda e contribuição sociais não recolhidos nos exercícios de 1990 e 1991, sendo que, para aqueles exercícios a Companhia não apresentou lucro tributável. Este tema gera uma diferença entre o valor contabilizado pela Companhia e o extrato do REFIS junto à Receita Federal, na ordem de R\$ 2.240 em 31 de dezembro de 2014.

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	31/12/2012		31/12/2013		31/12/2014	
Circulante	2.279	2,2%	2.616	2,6%	1.933	1,9%
Não Circulante	99.443	97,8%	99.155	97,4%	100.046	98,1%
	101.722	100%	101.771	100%	101.979	100%
% do Passivo + PL		40,0%		38,8%		37,4%

f) Crédito de IR/CS

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
Lucro antes dos impostos	11.917	14.584	9.065
IR/CS a alíquota de 34%	(4.052)	(4.959)	(3.082)
(Exclusões)/adições			
Inovação tecnológica	177	173	103
Incentivos fiscais	141	170	328
Outras diferenças permanentes	(222)	272	356
Tributos diferidos não contabilizados no período	-	-	-
Total	(3.956)	(4.344)	(2.295)

g) Processo INSS, Terceiros e RAT sobre 1/3 das Férias

A Companhia é autora em ação ajuizada que discute a incidência do INSS sobre 1/3 das férias. Por orientação jurídica, efetuou-se mandado de Segurança de nº 5001095- 95.2010.404.7205, por meio do qual se discute a não incidência de contribuição previdenciária devida ao INSS, Terceiros e RAT sobre os valores pagos aos funcionários a título de adicional de 1/3 de férias.

O Tribunal Regional da quarta região, consignou que a Companhia tem direito de efetuar a compensação dos valores desde os últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação.

O Processo teve seu trânsito em julgado favorável a Companhia, e é de entendimento dos assessores da Companhia que esta tem o direito creditório, entre os meses de junho de 2005 a novembro de 2014, no montante de R\$ 2.420. O crédito foi reconhecido em dezembro de 2014, sendo R\$ 1.629 no grupo de contas outras receitas por se tratar do valor principal (nota 20 da DFP) e R\$ 791 no grupo de contas receitas financeiras, por se tratar da atualização, SELIC (nota 21 da DFP).

10.2. Opinião dos Nossos Diretores sobre

a. resultados das nossas operações, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas é denominada em reais, que provém da venda de nossos produtos no território nacional e internacional, cujos clientes na sua maioria, são multinacionais, em diferentes atividades, entre as principais, as montadoras de autopropropulsores, geração de energia, mineração e petróleo/gás.

		2012	2013	2014
Sob Encomenda	Mercado Interno	35.795	29.161	36.898
	Mercado Externo	<u>38.268</u>	<u>49.154</u>	<u>44.711</u>
	Total	74.063	78.315	81.609
Repetitivos	Mercado Interno	85.302	80.904	70.273
	Mercado Externo	<u>24.418</u>	<u>21.144</u>	<u>19.443</u>
	Total	109.720	102.048	89.716
	Total Geral	<u><u>183.783</u></u>	<u><u>180.363</u></u>	<u><u>171.325</u></u>

(ii) fatores que podem e afetaram materialmente os resultados operacionais

A situação financeira e o resultado das operações foram influenciados por fatores como: o desenvolvimento macroeconômico brasileiro, políticas cambiais e monetárias e baixo crescimento globalizado de expansão dos mercados que os clientes atuam.

O cenário macroeconômico brasileiro tem se caracterizado por variações significativas no crescimento econômico e nas taxas inflacionárias e cambiais, principalmente do que diz respeito à recuperação pós-crise.

O IGP-M fechou dezembro com alta de 0,62% (ante 0,98%, em novembro), no quarto trimestre de 2014 o índice teve variação 1,89% (ante 1,76% do quarto trimestre de 2013). No ano de 2014 o índice apresentou uma variação de 3,96%, (ante 5,53% em 2013). (fonte: conjuntura econômica).

O Índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) que é o índice oficial do governo para acompanhamento da inflação encerrou dezembro com alta de 0,78%, (ante 0,51% em novembro). No quarto trimestre de 2014 o índice teve variação 1,72% (ante 2,04% do quarto trimestre de 2013). A inflação acumulada em 2014 foi de 6,41%, (ante 5,91% em 2013). A inflação a exemplo dos últimos meses continua sendo o foco de preocupação do governo e do Copom (comitê de política monetária), a meta anual de inflação é 4,5% com +/- 2 p.p. de variação. O comitê de política monetária (Copom) do banco central, que se reúne para decidir sobre o nível da Selic, em dezembro decidiu subir a taxa de 11,25% a.a. para 11,75% a.a. dando prosseguimento ao processo de ajuste da taxa básica de juros iniciada em abril de 2013 onde a taxa que era de 7,25% a.a.. (fonte: IBGE e Banco Central).

Neste quarto trimestre de 2014 a cotação da moeda norte americana encerrou dezembro em R\$ 2,66, alta de 8,57% em relação à cotação do fim da trimestre anterior (R\$ 2,45 em 30/09/14). Avaliando a variação do final do quarto trimestre de 2013 (R\$ 2,34 em 31/12/13) com o quarto trimestre de 2014, o dólar teve uma valorização frente ao real de 13,67%. (fonte: Banco Central).

A Companhia é afetada por estes fatores externos, dos quais não possui domínio nem capacidade de prever intensidade. Para amenizar estes fatores externos que possam ser prejudiciais à empresa, medidas como repasse de preços e/ou redução de custos são utilizadas. A desvalorização do real é um fator que favorece a competitividade das exportações e também causa pressão inflacionária. A fim de se proteger destes fatores externos e na busca constante pelo aumento da competitividade e qualidade a Companhia trabalha constantemente na busca pela excelência operacional. Temos como objetivos estratégicos e metas o aumento da produtividade, redução do prazo de entregas, redução de custos e retrabalhos. Investimentos em novos processos/tecnologias, gestão eficaz de compras, investimentos em qualificação de pessoas, em segurança e meio ambiente.

Efeitos dos principais fatores macroeconômicos que afetam os nossos resultados

O desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que uma parcela expressiva dos custos e despesas operacionais da Companhia é incorrida em reais e é reajustada pela inflação.

A receita de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, repassamos parte dos aumentos nos custos para nossos clientes por meio de aumentos de preços. Não podemos prever, no entanto, se seremos capazes de repassar o aumento dos custos para nossos clientes no futuro. As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro o resultado financeiro.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas e oscilações de preço. As elevações cambiais foram favoráveis em 2014. Levando em consideração que a Receita tenha sido menor comparada com 2013, as valorizações cambiais dólar/euro, representaram um incremento de aproximadamente 13,9% na receita líquida da Companhia ao encerrar o exercício de 2014.

Torna-se mais evidente que os negócios fora do Brasil estão cada vez mais presentes. A Companhia participa com 13,0% de toda a produção de aço fundido exportada pelo Brasil e monetariamente representa próximo a 18,0% de participação, em 2014. (fonte: ABIFA Associação Brasileira de Fundição).

Os resultados apresentados nos últimos 3 anos foram influenciados por vários fatores como: o crescimento do PIB brasileiro, as favoráveis condições de financiamento, o câmbio mais competitivo para as empresas exportadoras e a estabilidade na inflação de materiais.

Além do Reintegra, o Governo Federal adotou outras medidas de estímulos à indústria nacional, beneficiando o setor de bens de capital, com destaque para a desoneração da contribuição patronal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre a folha de pagamentos, substituído, no caso da Altona, pelo recolhimento da contribuição calculada em 1,0% sobre o faturamento do mercado interno, que passou a vigorar a partir de agosto de 2012 e se tornou permanente a partir de 2015.

Outro destaque do ano foi o investimento do Governo Federal brasileiro na compra de máquinas e equipamento através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC – Equipamentos).

Pelo lado do financiamento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) praticou cortes sucessivos na taxa de juros da linha FINAME PSI, que iniciou o ano de 2012 em 10,0% ao ano e encerrou com 2,5% ao ano para os contratos protocolados junto ao BNDES até 31 de dezembro de 2012. Com prazo de financiamento de até 10 anos, a linha FINAME PSI-4 foi prorrogada até o final de 2013 com juros de 3,0% ao ano para pedidos protocolados de janeiro a junho e 4,0% ao ano de julho a dezembro.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro

A Sucata e o ferro liga são os principais insumos metálicos no custo de produção da Altona. No Brasil, os preços destes insumos vêm se mantendo estáveis nos últimos exercícios, de modo que a inflação de materiais afetam sensivelmente as margens da Companhia. Por outro lado, a inflação de mão de obra, que representa cerca de 35% do custo de produção, atualmente é a principal preocupação da Companhia, pois alguns Clientes multinacionais entendem que o custo da mão de obra tem que ser absorvidos por produtividade e não aceitam repasse nos preços.

De qualquer forma, o resultado pode ser afetado pela inflação e pelos reajustes de preços das *commodities* que são na sua maioria, reguladas pelas Bolsas de Valores. O desempenho financeiro pode ser afetado, uma vez que, os custos e despesas operacionais são incorridos em reais e são reajustados pela inflação, impactando na receita de vendas e que, de modo geral, a contenção através de reestruturação de custos ou o não repasse para nossos clientes por meio de aumentos de preços irá interferir na lucratividade da Companhia.

10.3. Opinião dos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados.

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Não há introdução ou alienação de segmento operacional.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não há constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não existem eventos ou operações não usuais praticados pela Companhia.

10.4 Opinião dos Nossos Diretores sobre

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 são novamente preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Desta forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPC's para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPC's. Esta nota explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para republicar o balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial publicado preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da data de transição de acordo com o CPC37, a Companhia aplicou todas as disposições obrigatórias previstas na norma.

Nas conciliações acima, foram considerados os CPC's deliberados pela CVM com aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres de nossos auditores independentes.

Os pareceres dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 contêm parágrafo de ênfase relativo à continuidade normal dos negócios. A Companhia está adotando um conjunto de medidas para a recuperação econômico-financeira que abrange aumento das vendas, rentabilidade dos produtos, utilização da plena capacidade de produção, estabelecimento de parcerias, treinamento de pessoal, marketing e alongamento das dívidas.

10.5. Opinião dos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração, sobre questões incertas e relevantes, para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, requer que efetue certos julgamentos e utilizemos premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor de nossos ativos e passivos. Embora a Companhia acredite que seus julgamentos e estimativas se baseiem em premissas razoáveis, as quais são revisadas periodicamente, estão sujeitas a vários riscos e incertezas e tenham sido feitas com base nas informações disponíveis, seus resultados efetivos podem apresentar variações em relação às estimativas e julgamentos apresentados.

Objetivando a fornecer um entendimento de como formamos os julgamentos e estimativas sobre determinados eventos futuros, resumimos as principais práticas contábeis críticas:

Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou operações exclusivamente com instrumentos financeiros não-derivativos, os quais incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros não-derivativos são

reconhecidos pelo valor justo na data do balanço, os quais contemplam os custos de transação e rendimentos diretamente atribuíveis.

Obrigações com Instituições Financeiras

São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores registrados a cada contrato, acrescidos de juros apropriados até a data do balanço. A Companhia ajustou a valor presente (AVP) as operações de circulante e não circulante consideradas relevantes, com base na taxa Anbid, a partir da data da operação, ajustando os valores de Ativos e Passivos referentes aos juros a apropriar. Adicionalmente os empréstimos não são objetos de *covenants ou hedges*

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A Companhia ajustou a valor presente (AVP) os valores a receber de circulante e não circulante considerados relevantes, com base na taxa Anbid, a partir da data da operação. A Provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

Imobilizado

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), a Companhia optou em proceder o ajuste nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e CPC 43.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 1º de janeiro de 2010 a companhia procedeu a revisão da vida útil de seu ativo imobilizado tendo modificado a taxa de depreciação de certos bens a partir daquela data.

Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo, ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Valor Recuperável

Para os grupos de Imobilizado e Intangível a Companhia adota o procedimento de revisar os saldos, para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes. Sempre que oportuno ou quando eventos de mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuros será constituída provisão para perda. Os grupos do imobilizado e do Intangível, tiveram o seu valor recuperável testado, e não há indicadores de perdas de valor.

Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Plano de Participação nos Resultados

A companhia executou programa anual de incentivo para seus colaboradores, denominado PPR – Plano de Participação nos Resultados, cujos pagamentos foram determinados com base em metas financeiras e índices de performance, obtidos e apurados pela Companhia.

Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

O Imposto de Renda e Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas efetivas do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro real e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, limitado a 30%.

A Companhia reconheceu os créditos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e de Contribuição Social Sobre o Lucro decorrente de prejuízos fiscais, com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, levando em conta as perspectivas de rentabilidade futura de geração de lucro tributável nos próximos exercícios sociais.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado estão demonstradas na Demonstração Financeira – DF.

As demais premissas referente as boas praticas contábeis, estão demonstradas na DF 2014.

10.6. Opinião dos nossos diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os Diretores da Companhia avaliam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são adequados e eficazes. Visando o crescimento e melhoria destes controles internos, a Companhia, adicionalmente, adota como ferramenta suporte *Qlikview* para controle de custos e geração de informações gerenciais. Programas de administração da manutenção e gestão de compras também estão no cotidiano da Administração.

A Companhia mantém em sua estrutura organizacional a área de controladoria, subordinada à Gerencia Administrativa, o qual tem como principal objetivo assegurar que operacionalmente se mantenha padrões de qualidade e controles que vão contribuir para a melhoria contínua da elaboração das demonstrações financeiras, orçamentária e gerencial.

Adicionalmente, conforme mencionado no parecer dos auditores independentes, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Electro Aço Altona S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis praticadas no Brasil.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Faz parte das tarefas da Auditoria monitorar e recomendar a possíveis divergência. A Administração da Companhia esta sempre atenta nas mudanças determinadas pela CVM e órgãos governamentais bem como as próprias mudanças que possam ocorrer na estrutura organizacional para não ter adversidades que comprometa o caixa ou ética dos gestores. Para adequar os controles contábeis ao nível internacional bem como atender as

obrigações acessórias impostas pelo governo, a Administração adota através do comitê tributário ou assuntos contábeis um planejamento que deve ser seguido rigorosamente.

Ainda assim, a auditoria avalia os procedimentos e possivelmente recomenda a atenção no tocante as obrigações tributárias acessórias e melhoria no preenchimento de algumas declarações fiscais. É de política da Companhia a melhoria continua independente do setor, dessa forma, nos últimos exercícios, foram implementadas ferramentas que dão suporte aos controles internos, objetivando transparência plena.

10.7. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram realizadas ofertas públicas de ações,

10.8. Opinião dos Nossos Diretores sobre outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estão evidenciados em suas demonstrações financeiras.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Não aplicável.

10.10. Os nossos diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos de capital realizados pela Companhia tratam-se, em sua maior parte, de investimentos na manutenção e atualização dos maquinários e equipamentos da planta industrial. No plano diretor a Companhia prevê para os próximos anos a ampliação de seu parque fabril em uma nova unidade, localizada em ponto estratégico de logística apurada, objetivando o aumento da capacidade de produção para peças de grande porte, onde será capaz suportar a necessidade da demanda deste mercado.

Exercícios	Terrenos e Edificações Próprias	Máquinas, Equipamentos, Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizados em Curso	Arrendamento Mercantil	Outros Imobilizados	Intangível	Total – R\$ milhares
2012	2.613	9.295	262	5.752	-	235	317	18.474
2013	3.319	5.527	331	2.284	104	242	325	12.131
2014	2.717	2.828	405	8.236	317	208	248	14.959

(ii) fontes de financiamento dos investimentos;

A fonte de financiamento dos investimentos de capital que costuma ser realizado no complexo industrial tende a ser a própria geração de caixa operacional da Companhia e, por estratégia, quando aplicável, os investimentos de valores de maior relevância, a Companhia conta com linhas de financiamento vinculadas ao governo, por exemplo BNDES, FIMIP, FINAME, EXCIM entre outros.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Não há perspectiva de quaisquer desinvestimentos de capital ou em andamento nos últimos 3 anos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

Atualmente, a Companhia possui uma planta industrial, em terreno com aproximadamente 113 mil metros quadrados. O complexo industrial é dividido em áreas de: projetos, moldagem, aciaria, tratamento térmico e acabamento, usinagem e depósito. Toda área administrativa e manutenção também faz parte deste complexo. O parque fabril é composto por máquinas e equipamentos e alto valor agregado, que representam parte relevante do ativo imobilizado, bem como os constantes investimentos na modernização, logística e meio ambiente são pontos fundamentais para o sucesso industrial.

Nos últimos anos, um investimento relevante foi a compra e instalação de um forno com capacidade de 8 toneladas denominado AOD. Este equipamento proporcionara uma melhor qualidade no refino/pureza do aço e ira atender ofertas de peças maiores de aproximadamente 6/8 toneladas. Este investimento esta alocado para atual planta, as condições de pagamentos foram através de uma linha de credito FINAME.

Nos últimos dois anos a Companhia estrategicamente, adquiriu mais algumas matriculas de terrenos de aproximadamente 42 mil de metros quadrados para fazer estrema ao terreno anteriormente adquirido no município de Barra Velha. O posicionamento logístico e eficiente é um dos diferenciais e esta de encontro com o plano diretor da Companhia.

c) novos produtos e serviços, indicando:

A Companhia tem por atividade, a industrialização de projetos de clientes. Não é desenvolvido produtos novos com *know-how* próprio para o mercado, muito embora, tenhamos inserido em nossa estratégia a melhoria contínua no desenvolvimento dos processos e adequações de layouts mais ágeis.

i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Não se aplica.

ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Não se aplica

iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e

Não se aplica

iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica

10.11. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção “10”.

X-X-X-X-X-XX-XX-XX-X-X-X-X-X-X-X-X-

c) Proposta de destinação do lucro líquido – art. 9, §1º, II, Anexo 9-1-II, da Instrução CVM nº 481/09;

1. Informar o lucro líquido do exercício:

O lucro do Exercício (considerando a participação dos administradores) foi de R\$ 6.769.456,69

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Descrição	2012 – R\$	2013 – R\$
Lucro Acumulados do exercício	2.569.440,00	12.239.696,00
(-) Reserva legal	115.625,00	460.786,00
Lucro base para cálculo de dividendos	2.196.871,00	10.869.940,00
Dividendos	549.218,00	2.717.485,00
Reserva de investimento e capital (estatutária)	1.647.653,00	8.152.455,00

A Companhia registra que anterior ao ano de 2012 os lucros realizados foram destinados para absorção de prejuízos acumulado.

Nesse sentido, demonstramos, por meio de tabela a proposta para destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

	2014 – R\$
Lucro Líquido	7.521.618,00
Ajustes AAP	2.055.033,00
Lucros Acumulados de 2014	9.576.651,00
Capital Social	10.707.519,00
Participações - 10%	752.162,00
Lucro Remanescente	8.824.489,00
Limite Composição Reserva Legal -20%	2.141.504,00
Reserva Legal	338.473,00
Reserva para Contingências	-
Lucro Líquido Acumulado	8.486.016,00
Dividendos obrigatórios	1.271.693,00
JSCP	849.811,00
Total Dividendos	2.121.504,00

Valor por Ação - 2.250.000	R\$ 0,94
----------------------------	----------

Classe de Ações	Quantidade	Valor Proposto	Dividendos Obrigatórios
Ordinárias	975.000	R\$ 0,5146	R\$ 501.735,00
Preferenciais	1.275.000	R\$ 0,6039	R\$ 769.958,00
Total	2.250.000		R\$ 1.271.693,00

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

O percentual do lucro líquido a ser distribuído em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2015, será de 25% do lucro líquido ajustado.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Exercício de 2012

Os dividendos do exercício de 2012 no montante de R\$ 549.218,00:

- 1) Ordinárias 975 mil ações a R\$ 0,2310 (Vinte e três centavos) total de R\$ 225.225,00 (Duzentos e vinte e cinco mil e duzentos e vinte e cinco reais);
- 2) Preferenciais 1.275 mil ações a R\$ 0,2541 (Vinte e cinco centavos) total de R\$ 323.993,00 (Trezentos e vinte e três mil e novecentos e noventa e três reais)

Exercício de 2013

Os dividendos do exercício de 2013 no montante de R\$ 2.251.635,00:

- 1) Ordinárias 975 mil ações a R\$ 0,9359 (Noventa e três centavos) total de R\$ 912.503,00 (Novecentos e doze mil e quinhentos e três reais);
- 2) Preferenciais 1.275 mil ações a R\$ 1,0503 Um real e cinco centavos) total de R\$ 1.339.132,00 (Um milhão trezentos e trinta e nove mil e cento e trinta e dois reais)

Na forma de antecipação de dividendos, os JSCP do exercício de 2013 no montante de R\$ 526.592,57, correspondente a R\$ 0,23 por ação ou, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, nos termos do § 2º do artigo 9º da lei nº 9.249/95, correspondentes a R\$ 0,20 por ação.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados: O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

Na forma de antecipação de dividendos, foi aprovado em RCA em dezembro de 2014 o montante de R\$ 965.080,18 a título de JSCP, que corresponde a R\$ 0,4289 por ação ordinária e preferencial. Após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, nos termos do § 2º do artigo 9º da lei nº 9.249/95, exceto para os acionistas dispensados da referida tributação o valor a ser distribuídos corresponde a R\$ 849.811,90 ou 0,3777 por ação ordinária e preferencial.

A Administração propõe a destinação de R\$ 1.271.693,00 para perfazer o montante de 25% dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme determina o Estatuto Social, da seguinte forma:

- 1) Ações Ordinárias, que somam 975 mil ações, devem receber em forma de dividendos R\$ 0,5146 (Cinquenta e um centavos) por ação, totalizando R\$ 501.735,00 (Quinhentos e um mil e setecentos e trinta e cinco reais);
- 2) Ações Preferenciais, que somam 1.275 mil ações, devem receber em forma de dividendos R\$ 0,6039 (Sessenta centavos) por ação, totalizando R\$ 769.958,00 (Setecentos e sessenta e nove mil e novecentos e cinquenta e oito reais).

a- A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

Na forma de antecipação de dividendos, foi aprovado em RCA em dezembro de 2014 o montante de R\$ 849.811,90, a título de JSCP que corresponde a R\$ 0,3777 por ação, líquido do IRRF. Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em **28 de abril de 2015**, o pagamento ocorrerá até dia 30 de Junho de 2015 por intermédio do Banco Itaú.

Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em **28 de abril de 2015**, o pagamento dos dividendos e declarados ocorrerá até dia 30 de Junho de 2015 por intermédio do Banco Itaú.

b- Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio:

Não haverá incidência de atualização monetária e juros sobre os dividendos.

c- Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

Na forma de antecipação de dividendos, foi aprovado em RCA em dezembro de 2014 o montante de R\$ 849.811,90, a título de JSCP que corresponde a R\$ 0,3777 por ação, líquido do IRRF. Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 28 de abril de 2015, o pagamento ocorrerá até dia 30 de Junho de 2015 por intermédio do Banco Itaú.

Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2015, a data de 28 de abril de 2015 será considerada para a identificação dos acionistas que terão direito ao dividendo.

As ações da Companhia passam a ser negociadas “ex” dividendos a partir de 29 de abril de 2015.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

a- Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados:

Na forma de antecipação de dividendos, foi aprovado em RCA em dezembro de 2014 o montante de R\$ 965.080,18, a título de JSCP que corresponde a R\$ 0,4289 por ação. R\$ 849.811,90, corresponde a R\$ 0,3777 por ação, líquido do IRRF.

Não foi declarado qualquer pagamento de dividendos em balanços semestrais ou períodos menores.

b- Informar a data dos respectivos pagamentos:

Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 28 de abril de 2015, o pagamento ocorrerá até dia 30 de Junho de 2015 por intermédio do Banco Itaú.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores:

	2012	2013	2014
Lucro (Prejuízo) do exercício (Em mil R\$)**	7.961.563,73	10.239.696,40	7.251.618,00
Ações Ordinárias	975.000	975.000	975.000
Ações Preferenciais	1.275.000	1.275.000	1.275.000
Total de ações *	2.250.000	2.250.000	2.250.000
Lucro (Prejuízo) por Ação (Em R\$)	3,54	4,55	3,34

** Lucros (prejuízos) antes das participações;

*Quantidade de ações no final do respectivo exercício. As ações freefloat correspondem em torno de 38% e a Companhia não registra Ações em sua tesouraria.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:

De acordo item 4 .

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2015 haverá destinação de lucros à Reserva Legal para o exercício de 2014 no montante de R\$ 338.473,00.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

Conforme estabelece o Estatuto Social em seu capítulo II, estão lançadas no mercado de capitais ações preferências, que representam 56,67% do total, sendo de uma única classe.

As ações preferências, na forma estatutária, têm o direito ao recebimento de dividendos, por ação preferencial, pelo menos 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária;

Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2015 haverá distribuição de dividendos para os acionistas com ações preferências, referente o exercício de 2014.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a- Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

Do lucro líquido do exercício serão deduzidas antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e provisão para Imposto de Renda. Do Lucro remanescente será atribuída uma participação dos administradores, após deduzidas as participações dos administradores, no mínimo 25% será distribuídos como dividendos obrigatórios entre os acionistas proporcional as ações de cada um.

b- Informar se ele está sendo pago integralmente:

Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2015 haverá distribuição de dividendos integral dos 25% mínimos obrigatórios, referente o exercício de 2014.

c- Informar o montante eventualmente retido:

Não há montante retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

Não houve retenção de dividendos obrigatórios.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2015, não haverá destinação para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2015, não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2015, haverá destinação para reservas estatutárias abaixo descritas:

De acordo com o Estatuto da Companhia no capítulo VI, parágrafo 2 letra “a”, do lucro líquido do exercício, logo após deduzidas as participações, serão destinados 5% para constituição da reserva legal até que está atinja 20% do capital social. O montante de reserva legal será de R\$ 338.473,00.

Conforme estabelecido pelo Estatuto, R\$ 6.250.553,00 será proposta para aumento de capital.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2015, não haverá destinação de lucros para orçamento de Capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2015, não haverá destinação de lucros para a reserva de incentivos fiscais.

X-X

d) Informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência - Remuneração dos administradores.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e não Estatutária, Conselho Fiscal e Comitês, abordando os seguintes aspectos.

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A prática adotada pela Companhia para remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal, leva em consideração as responsabilidades de cada órgão, o tempo dedicado às respectivas funções, a competência e reputação profissional, o valor de seus serviços no mercado e as qualificações. Também tem como objetivo atrair e manter executivos altamente gabaritados, com experiência e competências que agreguem valor aos negócios, mantendo a competitividade no mercado em que atuamos.

b. composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os membros do Conselho de Administração da companhia recebem, a título de honorários, 12 (doze) remunerações por ano, sendo que o valor individual mensal é fixado anualmente pelos próprios membros do Conselho de Administração, dentro do montante global mensal fixado pela Assembleia.

A remuneração da Administração é proposta e submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária e composta da seguinte forma:

Conselho de Administração: Honorários mensais fixos. O presidente do Conselho atribui de benefícios: plano de saúde; previdência privada; seguro de vida em grupo, observando as práticas de mercado;

Diretoria: os membros da diretoria recebem a seguinte remuneração:

- (i) remuneração fixa mensal;
- (ii) benefícios de praxe no mercado, como previdência privada, plano de saúde, seguro de vida em grupo, telefone celular, refeições, cartão corporativo.

Conselho Fiscal: os membros do Conselho Fiscal recebem a remuneração individual, atualmente estabelecida no mínimo legal de 10% (dez por cento) da remuneração média dos Diretores da Companhia, excluídos os benefícios, as verbas de representação e participação nos lucros.

Havendo distribuição de lucros, deve ser paga uma participação de 10% aos administradores, calculada na forma estatutária amparada pela Lei 6.404/76.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração:

Remuneração fixa: 99,50%

Benefícios: 0,50%

Diretoria:

Remuneração fixa: 99,50%

Benefícios: 0,50%

Conselho Fiscal:

Remuneração fixa :100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus administradores levam em consideração fatores que são argumentados, avaliados e aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

O reajuste da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria, e Conselho Fiscal é estabelecido anualmente pela Assembleia Geral que fixar o montante global mensal da remuneração.

A Companhia mantém a prática de monitorar periodicamente o mercado, através de pesquisas salariais, de modo a adotar uma política de remuneração compatível com os mercados nacional, regional e setorial.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da gestão e a permanência dos executivos, visando o comprometimento, objetivando o máximo de desempenho no alcance dos resultados positivos de médio e curto prazo.

Conselho de Administração e Diretoria: Reconhecer os serviços prestados pelos Conselheiros, levando em consideração também as práticas de mercado.

Conselho Fiscal: Reconhecer os serviços prestados pelos Conselheiros.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Como é de política da Companhia para todos empregados, os indicadores de desempenho compreendem o alcance de metas operacionais, produtividades e rentabilidade, bem como a remuneração dos administradores também são avaliadas e levam em conta iniciativa, pró-atividade, tomada de decisões, relacionamento profissional, sempre focado no planejamento estratégico da Companhia.

Os indicadores de desempenho operacional e de rentabilidade são definidos pelo Conselho de Administração como metas desafiadoras aos executivos, tendo em vista os projetos de investimento, o ambiente competitivo e as oportunidades de negócio que se apresentam perante a Companhia, bem como os parâmetros de desempenho econômico-financeiros que vigoram no mercado.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Como mencionado no quesito acima 13.1 a/b/c, a remuneração é fixa, não sendo submetida a elementos variáveis vinculadas ao desempenho da Companhia para o período deste relatório.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos nossos interesses de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrito atende as expectativas de nossos administradores na busca de melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira que alinha aos interesses da Companhia.

Para um prazo curto, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e compatíveis com o mercado. Em médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de bônus e participação nos resultados da Companhia a determinados colaboradores. Em longo prazo, buscamos reter profissionais qualificados acumulando conhecimento e comprometimentos.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do nosso controle societário

Não há remuneração com benefícios vinculados a ocorrência de eventos societários.

13.2. Remuneração nos últimos três exercícios do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria

Exercício encerrados em 31 de Dezembro de

Remuneração Fixa	2012	2013	2014	Total
Conselho de Administração – 5 membros	2,4	2,4	2,4	7,2
Diretoria - 2 membros	1,9	1,9	2,0	5,8
Conselho Fiscal - 3 membros	0,2	0,2	0,2	0,6
Total	4,5	4,5	4,6	13,6

Valores na tabela acima em milhões de reais

Para 2015, a remuneração global esta sendo proposta para aprovação em Assembleia Geral Ordinária o montante de R\$ 4,7 milhões. Após a aprovação pela Assembleia, o Conselho de Administração em reunião, fixará a remuneração individual dos Administradores.

13.3. Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

No ano de 2014 o Conselho de Administração e Diretoria receberam a título de remuneração variável 10% em participações nos lucros referente 2013, no montante de R\$ 1.023.970,00. Para o ano de 2013 o Conselho de Administração e Diretoria receberam a título de remuneração variável 10% em participações nos lucros referente 2012, no montante de R\$ 257 mil. Para 2011 não houve remuneração variável referente 2010.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Quantidade de Ações ou cotas detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

NOME ACIONISTA	Cargo	Quantidade	Ações	Ações
		Total	Ordinárias	Preferências
		TOTAL	EO	EP
<u>Conselho de Administração</u>				
Carmem V. Werner	Presidente	23.493	23.491	2
Valmir Osni de Espindola	Vice- Presidente	310	310	-
Debora Morsch	Conselheira	-	-	-
Luis Gabriel B. Morsch	Esposo Conselheira	7.100	-	7.100
Eunildo L. Rebelo	Conselheiro	10	10	-
Luiz Werner	Conselheiro	-	-	-
<u>Conselho Fiscal</u>				
Cidney C. de Campos	Presidente	-	-	-
Gilberto de Oliveira Kloeckner	Conselheiro	-	-	-
Luiz M.G.Villar	Conselheiro	-	-	-
<u>Diretoria</u>				
Cacídio Girardi	Diretor Presidente - RI	2.400	1.000	1.400
Duncan Roderick Kay	Diretor	1.800	500	1.300

13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.7. Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social.

A Companhia não possui opções em aberto ou plano de remuneração baseado em ações.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais.

A Companhia não possui opções exercidas ou plano de remuneração baseado em ações.

13.9. Descrição sumária das informações relevantes para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria
Numero de membros*	2	2
Nome do Plano	Plano de Saúde pós-emprego	
Quantidade de Administradores que Reúnem Condições para se exercer o direito	1	2
Condições para se exercer o direito	O participante será elegível a uma Aposentadoria antecipada quando preencher as seguintes condições: 55 anos de Idade, ser membro do Conselho ou Diretor e no mínimo de 35 anos de Altona,	
Valor total Acumulado	R\$ 1.900 (mil)	
Possibilidade de resgate antecipado	Não há clausula de resgate antecipado	

*um dos conselheiros já não faz parte do quadro, ex-conselheiro aposentado e faz jus ao plano.

13.11. Remuneração média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal relativa aos últimos três exercícios sociais.

	Exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2012		
	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio Remuneração Individual
Conselho de Administração – 5 membros	110,0	15,0	37,0
Diretoria – 2 membros	75,0	72,0	72,5
Conselho Fiscal – 3 membros	7,0	7,0	7,0
Total	192,0	94,0	116,5

Valores acima da Tabela representam o custo total em milhares de reais

	Exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2013		
	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio Remuneração Individual
Conselho de Administração – 5 membros	110,0	16,5	43,6

Diretoria – 2 membros	93,7	88,2	90,9
Conselho Fiscal – 3 membros	9,4	9,4	9,4
Total	213,1	94,0	143,9
Exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2014			
	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio Remuneração Individual
Conselho de Administração – 5 membros	110,0	16,5	43,6
Diretoria – 2 membros	95,0	89,5	92,9
Conselho Fiscal – 3 membros	9,4	9,4	9,4
Total	214,4	115,4	145,9

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia.

A companhia não tem outra forma de remuneração ao Conselho de Administração, Diretores e Conselho Fiscal, além do que foi mencionado no quesito 13.1 a.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

A Presidente do Conselho de Administração é o único membro da Administração que é parte relacionada aos controladores, tendo recebido remuneração, conforme tabela abaixo:

Exercício encerrados em 31 de dezembro de			
Órgão	2012	2013	2014
Conselho de Administração	110,0	110,0	110,0

Valores acima da Tabela representam o custo total em milhares de reais

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

A companhia não tem outra forma de remuneração ao Conselho de Administração, Diretores e Conselho Fiscal, além do que foi mencionado no quesito 13.1 a

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho

f) Parecer dos Auditores Independentes (art. 9º, IV, da Instrução CVM nº 481/09)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores, Conselheiros e Acionistas da

Electro Aço Altona S/A

Blumenau - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Electro Aço Altona S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

**ELECTRO AÇO ALTONA S.A.**

Rua Eng° Paul Werner, 925
CEP 89030.900 | Blumenau | SC | Brasil
Fone: 55 (47) 3321.7788 | 55 (47) 3321.7799

www.altona.com.br

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Electro Aço Altona S/A em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board IASB*.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Blumenau (SC), 18 de março de 2015.

Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC-2-SP 015.199/O-6 S-SC

Luis Carlos de Souza
Contador CRC-1SC 021.585/O-4